

**A LÍNGUA PORTUGUESA COMO INVENÇÃO HISTÓRICA:
BRASILIDADE, AFRICANIDADE E PODER EM TELA**

PORTUGUESE AS A HISTORICAL INVENTION:
BRAZILIANITY, AFRICANITY AND POWER

Cristine Gorski Severo

Docente do Programa de Pós-graduação em Linguística e do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas da Universidade Federal de Santa Catarina
Líder do grupo de pesquisa Políticas Linguísticas Críticas¹
crisgorski@hotmail.com

Resumo: Trata-se de rastrear o percurso histórico-político de construção de uma dada noção de língua portuguesa atrelada aos conceitos de brasilidade e de africanidade. Para tanto, o artigo enfoca dois momentos diferentes: (i) o período 1920-1945, que compreende os trabalhos de modernistas e outros intelectuais, bem como as políticas estatais da Era Vargas; (ii) e o período contemporâneo pós-2000, que envolve as políticas nacionais em defesa da diversidade. Busca-se analisar alguns conceitos – como regionalismo, miscigenação, nacionalismo e brasilidade – à luz de regimes de saber específicos que instauraram diferentes chaves teóricas de discursivização da língua portuguesa na sua relação com as africanidades. O texto se filia a uma abordagem de políticas linguísticas críticas que visa problematizar os sentidos históricos de língua, evidenciando as relações de poder que inscrevem esses sentidos.

Palavras-chave: Português; Africanidade; Nacionalismo; Regionalismo; Afro-brasilidade.

Abstract: This paper explores the historical and political construction of Portuguese in relation to the concepts of Brazilianness and Africanism. Two different historical periods are considered: (i) 1920-1945, comprising the modernists' and other intellectuals' works as well as Vargas's policies; and (ii) the post-2000 contemporary period, involving national policies in defense of language diversity. We discuss the concepts of regionalism,

¹ <http://politicasinguisticas.paginas.ufsc.br/>.

miscegenation, nationalism and Brazilianness in the light of specific regimes of discourses that consider influences of African languages in the Portuguese language spoken in Brazil. The text presents an approach of critical language policy that problematizes the historical meanings of languages, highlighting the relation between power and language.

Keywords: Portuguese; Africanism; Nationalism; Regionalism; Afro-Brazilianness.

*Nosso preto quando fruta
Vai pará no coreção
Sinhô barranco quando fruta
Logo sai sinhô barão
(Lundu de Pai João)*

Introdução²

Este artigo visa explorar um dado percurso histórico que possibilitou a confluência de três elementos: língua portuguesa, brasilidade e africanidade.³ Trata-se de considerar a maneira como a língua falada no Brasil foi discursivamente construída como lugar de inscrição de sentidos como brasilidade, africanidade, afro-brasilidade, oralidade, popular e ruralidade. Para tanto, o artigo assume um olhar teórico que considera as línguas como invenções políticas (SEVERO; MAKONI, 2015; RAJAGOPALAN, 2013; IRVINE, 2008; MAKONI; PENNYCOOK, 2005; PHILLIPSON, 1992) que tanto emergem de relações de poder contextualizadas, como estão a serviço de interesses políticos e econômicos específicos. Por outro lado, ao se considerar as línguas como signos que inscrevem tensões políticas, busca-se compreender como a dinâmica das relações de poder envolvendo a ideia de nacionalismo e de afro-brasilidade se materializou em discursos sobre as línguas em dois momentos históricos: (i) modernismo e nacionalismo da Era Vargas (1930-1945); (ii) período contemporâneo, a partir de 2000 – sendo que para fins deste texto não serão consideradas as diferentes fases internas pelas quais esses períodos passaram. A escolha por esses recortes históricos justifica-se pelo interesse de projetos

² Agradeço aos pareceristas pelas contribuições.

³ Para uma breve síntese estatística sobre a presença histórica dos africanos no Brasil, a estimativa corrente é de que, entre 1550 e 1855, foram trazidos cerca de quatro milhões de escravizados africanos (<http://www.slavevoyages.org>), oriundos de diferentes regiões, como Guiné e Costa de Mina (no século XVI) e Congo e Angola (séculos XVII e XVIII). Esses sujeitos compunham dois grandes grupos étnico-linguísticos – os sudaneses, da África Ocidental, e os bantos, da África Equatorial e da África Tropical.

políticos e intelectuais por apreender as afro-brasilidades a partir de regimes discursivos específicos. Nesse artigo, assumimos que as epistemologias não são neutras, mas são efeitos de relações de poder específicas.

Nesse artigo, os saberes incluem discursos construídos e legitimados pelas esferas acadêmica, literária e cultural, em que os nomes de autores são tomados discursivamente como formas de agrupamento e classificação de certos textos e argumentos: “o nome do autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso” (FOUCAULT, 2009, p. 45), que veicula maneiras de discursivização das línguas a partir de regimes epistemológicos e políticos específicos. É o caso dos intelectuais e acadêmicos Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Nina Rodrigues, Renato Mendonça, Lucchesi, entre outros. Nessa perspectiva, interessa menos a biografia desses sujeitos e mais um certo modo de funcionamento dos discursos, ou um dado gesto interpretativo, que articula o conceito de língua às ideias de afro-brasilidade e brasilidade.

O artigo se estrutura em duas seções: inicialmente enfoca-se o período 1920-1945, explorando o modo como os conceitos de língua integraram as ideias de brasilidade e africanidade. Na sequência, enfoca-se o período pós-2000, sinalizando para as formas contemporâneas de discursivização da língua, especialmente nas instâncias estatal e acadêmica que, diferentemente do período anterior, demonstram relações aparentemente menos simbióticas e mais independentes. Concluindo, retomam-se as discussões de forma comparada, discutindo a maneira como a língua portuguesa no Brasil emergiu de um processo político de invenção.

2 O português no Brasil, as heranças africanas e a invenção modernista e nacionalista de uma língua

Embora para fins metodológicos tenha-se procedido neste artigo a um recorte temporal concentrado na Era Vargas (1930-1945), considera-se relevante para a discussão fazer uma breve menção à emergência da ideia de um “Brasil moderno” à luz das influências das reivindicações feitas por uma dada intelectualidade nacional ligada ao movimento modernista da Semana de 22. Mais especificamente sobre os ideais dos modernistas paulistas, ressalta-se o compromisso de se considerar modelos culturais e artísticos nacionais em detrimento de estrangeiros. Nomes desse período incluem, entre outros, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti, Villa-Lobos,

dos quais alguns integrarão a política nacionalista da Era Vargas. Desse movimento, juntamente com outros intelectuais, cabe mencionar algumas manifestações literárias, sociológicas e culturalistas relevantes para se pensar o conceito político de língua em relação às africanidades, enfocando, dentro outros, os escritos de Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Nina Rodrigues e Renato Mendonça:

(i) O *Manifesto antropófago e o Manifesto da poesia pau-brasil*, de Oswald de Andrade (1924), propunha:

A língua sem arcaísmos, sem erudição. Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros. Como falamos. Como somos.

[...]

Já tínhamos o comunismo. Já tínhamos a língua surrealista. A idade de ouro. Catiti Catiti / Imara Notiá / Notiá Imara / Ipeju.

Nota-se a inscrição da língua no regime de uma dada brasilidade que se materializa através de um discurso político-ficcional, que é o manifesto antropofágico. Percebe-se a valorização de uma concepção de língua atrelada à oralidade (como falamos), em que um dado discurso político de língua – associado às ideias de arcaísmo e de erudição – é questionado em prol da valorização dos ditos “erros”. Nesse caso, critica-se o conceito de língua que remete a uma certa concepção de norma dos gramáticos e escritores brasileiros e lusitanos, subvertendo a ideia negativa de erro atribuída ao português do Brasil. Essa subversão, contudo, é curiosa, pois vincula o erro a uma interpretação econômica – reforçada pelos termos *milionário* e *idade de ouro* –, em contradição com a menção ao comunismo; trata-se, por certo, de uma suposta contradição que funciona bem no interior de um projeto antropofágico. Ainda, o texto faz menção a um passado linguístico igualitário e harmônico, uma espécie de comunismo linguístico (já tínhamos o comunismo) que teria sido perdido/roubado.

Ressalta-se que a concepção de língua trazida pelo manifesto não menciona as línguas africanas, produzindo um apagamento que revela a maneira diferente como as línguas indígenas e africanas foram discursivizadas no contexto modernista. Talvez parte dessa invisibilização possa ser explicada pela auto-crítica de Mário de Andrade (1928, p. 1), parceiro de Oswald nos anos iniciais do modernismo brasileiro: “Nós, modernos, manifestamos dois defeitos grandes: bastante ignorância e leviandade sistematizada”. O

modernismo brasileiro foi fortemente marcado pelas representações europeias de natividade, exotismo, urbanidade e autenticidade (GUIMARÃES, 2004), valores e vetores que orientaram a maneira como os intelectuais brasileiros dessa fase estético-política produziram um discurso articulando língua, brasilidade e africanidade.

(ii) O projeto de uma *Gramatiquinha da Fala Brasileira*, de Mário de Andrade (grupo de textos escritos entre 1922 e 1928 e editados por Pinto, 1990), pretendia sistematizar uma proposta de descrição exemplificada da “língua brasileira” – tomada por vezes como equivalente de “fala brasileira” – como parte de um “projeto mais amplo, de redescoberta e redefinição do Brasil” (PINTO, 1990, p. 43). Ressalta-se que o projeto de Mário de Andrade não era filológico, mas estético, buscando mesclar ficção e empiria⁴ em uma gramática que problematizasse as regras em prol de um olhar descritivo-filosófico (PINTO, 1981). Os escritos dispersos que constituíram o projeto da gramatiquinha de Andrade fazem menção, de forma reflexiva, a uma série de conceitos linguísticos caros à construção de uma gramática, tais como: o conceito de erro, a fonte de coleta dos dados, os usos estilísticos, os usos considerados populares, a descrição sociolinguisticamente contextualizada, entre outros.

Exemplificando, Mário de Andrade propõe que o levantamento dos dados siga um modelo empírico que considere os usos linguísticos cotidianos de pessoas de diferentes classes sociais, amortecendo, assim, a distinção contemporânea entre falantes de norma culta e de norma popular: “Escutei em Sta. Isabel, estado de S. Paulo, da boca dum caipira cantando modas” (ANDRADE apud PINTO, 1990, p. 65). Ademais, diferentemente dos bancos de dados sociolinguísticos usados no Brasil que buscam definir regras específicas para a coleta e descrição de dados – a partir de gêneros discursivos restritos e uso de categorias sociodemográficas amplas e generalizáveis (FREITAG; MARTINS; TAVARES, 2012) –, Mário de Andrade buscava considerar os usos linguísticos vincula-

⁴ Essa relação entre discurso ficcional e empírico, em Mário de Andrade, pode ser analisada a partir da relação estabelecida por Searle entre locuções ficcionais e sérias, em que as regras semânticas e pragmáticas operam diferentemente no discurso ficcional e empírico: “Ora, o que torna possível a ficção, segundo sugiro, é um conjunto de convenções extralinguísticas, não semânticas, que rompem a ligação entre as palavras e o mundo estabelecida pelas regras atrás mencionadas” (SEARLE, 1995, p. 107). De forma bastante genérica, pode-se considerar que a *Gramatiquinha* constrói uma narrativa sobre a língua portuguesa falada no Brasil mesclando elementos ficcionais e assertivos, o que produz um efeito discursivo nebuloso (entre a veracidade e o ficcional), próprio dos projetos antropofágicos. Agradeço ao parecerista a observação searleana a esse respeito.

dos a gêneros discursivos diversos, de preferência cotidianos, construindo um mapeamento das práticas linguísticas orais. Assim, a descrição das formas estaria a reboque das práticas linguísticas contextualizadas, e não o contrário.

Exemplos de gêneros discursivos considerados pelo escritor-gramático modernista incluem: letras de música popular, cartas, anúncios, escritos não-literários variados e textos literários de autores variados (atenção especial conferida aos românticos e regionalistas). Apesar de metodologicamente considerar a língua na perspectiva das práticas sociais, teoricamente a *Gramatiquinha* reforçava a construção da língua como um conjunto de elementos destrincháveis e classificáveis, transformando as práticas linguísticas (PENNYCOOK, 2010; MAKONI; PENNYCOOK, 2006; CANAGARAJAH, 2004) em um conjunto de fragmentos de fonologia, ortografia, lexeologia, sintaxe e estilística. Importante mencionar que a diversidade linguística da “língua brasileira” foi discursivizada por Mario de Andrade a partir de uma diferenciação feita entre regionalismos e heranças africanas. Dentre as referências teóricas citados na *Gramatiquinha* estão o *Dialeto Caipira* (AMARAL, 1920), *O linguajar carioca* (NASCENTES, 1922) e *A língua do Nordeste* (MARROQUIM, 1934). Esse interesse pelo estudo dos regionalismos brasileiros nos anos 1920-1945 se inscreveu em uma “discreta, porém paulatinamente sempre mais decisiva opção pelo enfoque dialetológico, em detrimento do filológico” (PINTO, 1981, p. XVIII). Importante considerar que a diferenciação entre elementos regionais e africanos constituiu fortemente a representação do que conta como português brasileiro nessa fase histórica.

A construção geograficamente mapeada de uma diversidade linguística, através dos regionalismos, legitimou um discurso nacional que, ao mesmo tempo em que buscava intensificar os processos de unificação (pela ideia de brasilidade), incorporava a diversidade no interior dos limites desse mesmo projeto. Não por acaso, a dialetologia esteve a serviço da legitimação de um discurso territorial de delimitação das fronteiras e limites nacionais na Europa do século XIX (AUER, 2002, p. 4), revelando que não há saberes neutros: “O século XIX, por um lado, observou o triunfo do estado-nação e, por outro, o estabelecimento da geografia dialetológica”.⁵ Uma questão que podemos levantar é: por que a abordagem dialetológica no Brasil não foi tão incisiva na consideração das influências africanas na formação da diversidade linguística brasileira? A título de exemplo, o

⁵ “The 19th century saw the triumph of the nation-state, on the one hand, and the establishment of the dialect geography, on the other”.

Dialeto Caipira, de Amadeu Amaral – um dos pioneiros na pesquisa dos regionalismos (PINTO, 1981) –, traz menções vagas e genéricas sobre as influências africanas no português caipira, conforme a afirmação:

A maior parte dos vocábulos africanos existentes no dialeto caipira não são aquisições próprias. A colaboração do negro, por mais estranho que o pareça, limitou-se à fonética; o que dele nos resta no vocabulário rústico são termos correntes no país inteiro e até em Portugal.

As africanidades linguísticas são duplamente submetidas a discursos regionalistas e nacionalistas. Ademais, a consideração das contribuições africanas para a Língua Portuguesa não ajudava a delimitar limites administrativos e geográficos (RS, RJ, SP, PE, BA), uma vez que as práticas linguísticas africanas se distribuíram pelo Brasil de forma sistemática, contínua e profunda, ajudando a configurar as práticas linguísticas ditas brasileiras, especialmente no que tange às práticas orais e não letradas.

Aliás, cabe também averiguar a maneira como essa oralidade africana foi construída pelos discursos de normatização linguística, submetendo-a à “política da ortografia” (IRVINE, 2008), que esteve tão em voga entre os anos 1920 e 1945, a exemplo das polêmicas envolvendo a construção de uma série de acordos ortográficos entre Brasil e Portugal (PINTO, 1981). Ressalta-se, ainda, que a dialetologia motivou a produção intensa de discursos regionalistas sobre a língua em um contexto no qual as ideias vinculadas ao estruturalismo linguístico começavam a timidamente circular no cenário acadêmico brasileiro (carioca): em 1938, Mattoso Câmara criou a cadeira de Linguística na Faculdade de Filosofia e Letras do Distrito Federal, sendo que sua obra *Princípios de Linguística Geral* foi publicada em 1941 (UCHÔA, 2004). As repercussões do pensamento de Mattoso, contudo, não foram imediatas, convivendo paralelamente com a tradição linguístico-comparada de Schlegel e Bopp (PINTO, 1981).

Se, por um lado, a gramática de Mario de Andrade não faz menção aos elementos linguísticos e discursivos africanos presentes na formação do português brasileiro – de maneira semelhante à invisibilização desse tema por Oswald de Andrade em seus manifestos –, por outro lado, a obra *Ensaio sobre a Música Brasileira* (1928) de Mário de Andrade explora as contribuições africanas não nas línguas, mas no universo da música popular brasileira, repartindo quantitativamente as heranças musicais: “Cabe lembrar

mais uma vez aqui do que é feita a música brasileira. [...] ela provem de fontes estranhas: a ameríndia em porcentagem pequena; a africana em porcentagem bem maior; a portuguesa em porcentagem vasta” (ANDRADE, 1928, p. 7). Mario de Andrade, assim, defende uma espécie de miscigenação musical fracionada em heranças coloniais diferentes. Ademais, o modernista é elogiado por seu contemporâneo Renato Mendonça (1933) por reconhecer as heranças musicais africanas, como os congos. Embora Linguística e Musicologia recortem universos discursivos diferentes, ressalta-se que Mario de Andrade aproximou a relação entre língua e música através da tentativa de normatizar a “língua cantada”. Exemplificando, o modernista organizou o *I Congresso de Língua Nacional Cantada* em 1937, que buscou criar uma norma para a pronúncia cantada. Dentre os participantes havia músicos, artistas de teatro, filólogos, gramáticos, entre outros.

Na mesma época dos autores mencionados, o psiquiatra e antropólogo Nina Rodrigues publicou a obra *Os africanos no Brasil* (1932), na qual escreve, entre outros, sobre as línguas e dialetos africanos. Sua visão, diferente de Mário de Andrade, abarca as africanidades a partir das práticas linguísticas africanas: “Não sou filólogo nem tenho conhecimento de linguística fundamentais para mostrar, no rico material de estudo fornecido pelas línguas africanas em nosso país, tudo o que de aproveitável pode-se dele retirar” (RODRIGUES, 1932, p. 114). Consideramos que essa formação não-linguística de Nina Rodrigues (ele era médico) possibilita revelar outros discursos sobre as práticas linguísticas a partir de uma perspectiva histórica e etnográfica, evitando os discursos positivistas de reificação das línguas como pedaços fragmentados e objetos autônomos e contáveis (MAKONI; PENNYCOOK, 2005).

Apesar da formação etnológica, Rodrigues não escapou de apresentar interpretações estruturais das línguas africanas, como o caso do jeje. Na sua coleta de cantos populares na Bahia, por exemplo, o pesquisador revela dificuldades de identificar as formas linguísticas e aplicar o esquema da linhagem classificatória a esses elementos: “A língua jeje deve estar muito alterada em forma e pronúncia pelo modo como os nativos repetem essas canções, sem conhecer o sentido” (1932, p. 127). Prosseguindo em sua teoria de retalhamento linguístico, o autor sugere que “para essa língua, pareceu-nos bom provar a sua existência em um vocabulário” (RODRIGUES, 1932, p. 127), reforçando a “política da ortografia” (IRVINE, 2008), em que as palavras devem ser codificadas através de um sistema de escrita para serem atestadas por provas de uma língua.

Embora em *Os africanos no Brasil*, Nina Rodrigues traga considerações sobre o processo de aprendizagem do português pelos africanos, mencione a escassez de estudos linguísticos sobre suas práticas orais e apresente breves análises filológicas e estruturais das línguas bantu com base nos escritos de Sílvio Romero e João Ribeiro, consideramos importante mencionar sua perspectiva histórica e socialmente contextualizada, enfocando: os cantos religiosos africanos, os cantos populares, os usos comerciais das línguas africanas, os usos e traduções das línguas africanas para conversão católica, os usos artísticos, o papel do corpo e dos gestos na produção de sentidos, a dança, a música, os contos e provérbios, entre outros. Nesse caso, trata-se de considerar a maneira como as línguas emergem como produto dessas práticas (PENNYCOOK, 2010), e não o inverso. Ademais, os exemplos de Nina Rodrigues mostram que o processo de construção dos sentidos envolve uma rede semiótica, em que as línguas atuam como mais um elemento dessa rede. (HARRIS, 1984).

Algumas das práticas linguístico-discursivas mencionadas por Nina Rodrigues são alvo de valorações depreciativas, como aquelas vinculadas às religiões afro-brasileiras. Já as práticas católicas que compartilham heranças bantu passaram a ser mais abertamente vivenciadas, como a Folia dos Reis, o Maracatu e as Congadas. Entre esses, as Congadas se vinculam à tradição católica e celebram a coroação do rei do Congo, reverberando de forma estetizada as relações de poder do período colonial. Outro exemplo de prática oral de herança colonial são os vissungos, cantos afro-brasileiros que hoje são cantados em Minas Gerais em contextos cotidianos. A seguir, ilustra-se um vissungo cantado em contexto de insulto ao inimigo (VERÍSSIMO, 2009, p. 18), mostrando como a língua está a reboque da prática discursiva:

Êêê, jombá lerê ioô
Ê jombá lerê iô
Que nego calucimba
É fio de quem amá
É o jombá

(iii) No embalo da construção de um Brasil modernista estavam, também, alguns *intérpretes do Brasil*, como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Sucintamente, a tese linguística de Freyre acompanha a sua interpretação sociológica sobre a formação

da brasilidade. Contudo, se, por um lado, a miscigenação racial fundaria a emergência do elemento brasileiro, o mesmo não se aplicaria à língua. A seguir estão dois excertos da obra *Casa Grande e Senzala* (1933) que, se tomados comparativamente, relevam essa contradição da tese da miscigenação quando aplicada aos fenômenos sociais e às línguas, respectivamente:

A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala [...] A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido de *democratização social* no Brasil. (FREYRE, 1933, p. 33, grifos acrescentados)

Ficou-nos, entretanto, dessa primeira dualidade de línguas, a dos senhores e a dos nativos, uma de luxo, oficial, outra popular, para o gasto – *dualidade* que durou seguramente século e meio e que prolongou-se depois, com outro caráter, no antagonismo entre a fala dos brancos das casas-grandes e a dos negros das senzalas - um vício, em nosso idioma, que só hoje, e através dos romancistas e poetas mais novos, vai sendo corrigido ou atenuado: o *vácuo* enorme entre a língua escrita e a língua falada. (FREYRE, 1933, p. 207, grifos acrescentados).

Esses excertos revelam que as tensões políticas e sociais que foram invisibilizadas pelo conceito de miscigenação – criando a ilusão de uma democracia racial – emergem na interpretação de Freyre sobre uma realidade linguística politicamente cindida e hierarquizada no Brasil. Aliás, a construção discursiva de uma língua portuguesa brasileira segregada, conforme se percebe pelo vácuo entre escrita e fala, é reforçada por valorações sociais que ratificam estereótipos coloniais a respeito do modo de falar português dos africanos e afrodescendentes.

Visão similar é compartilhada por Renato Mendonça (1933, p. 79) ao sugerir que a miscigenação racial não afetou a língua da mesma forma: “Como o negro fundiu com o português e do consórcio resultou o mestiço, pareceria lógico que este mestiço falasse um dialeto crioulo. Os fatos são diferentes”. Ademais, Serafim da Silva Neto (1936 apud PINTO, 1981, p. 364) também assume a metalinguagem da mestiçagem para tecer apreciações sobre o português brasileiro: “A mestiçagem de sangue foi imensa. É verdade que,

em si, ela não tem importância para a mestiçagem linguística, mas como pressupõe contato íntimo, é um testemunho para esta”. Essas interpretações revelam que as línguas não podem ser compreendidas como fenômenos biológicos, mas como fenômenos políticos e sociais: longe de uma mistura harmonizada que teria conduzido a uma suposta democracia social (ou linguística), trata-se de submeter a miscigenação a interpretações políticas. Ressalta-se que as categorias de criouliização, hibridização, mestiçagem e miscigenação têm operado como um marcador social complicado, pois são geralmente usadas para definir apenas o lado do colonizado; o colonizador, diferentemente, raramente é considerado híbrido, misturado ou criouliizado. (MAKONI; PENNYCOOK, 2006).

Dentre as influências africanas no português brasileiro, a obra de Freyre faz uso de uma série de avaliações que atribuem valores como suavidade, doçura, vagareza, amolecimento, escuta deliciosa, entre outros, às línguas faladas no Brasil, especialmente pelos africanos e seus descendentes. Não por acaso, o autor também se dedicou à escrita da obra *Açúcar, uma sociologia do doce* (1939). Essa fixação açucarada, contudo, não é neutra. Segundo Severo (2015), tais valorações adocicadas atribuídas à ao uso oral da língua portuguesa pelos africanos e seus descendentes sinalizam para relações de poder colonialmente construídas e naturalizadas, em que o elemento de doçura desliza para as ideias de cordialidade e submissão, ocultando o gosto amargo da escravização. Essa mesma menção a uma dada doçura da língua brasileira foi feita por Mário de Andrade em sua *Gramatiquinha*, a respeito do que ele chamou de “psicologia da língua brasileira”. Entre os valores incluídos nessa psicologia estavam lentidão, meiguice, calor na sonoridade e sensualidade: “o caipira quando fala, sobretudo o mulato, canta que nem criança” (ANDRADE apud PINTO, 1990, p. 263). Diferentemente de Freyre, contudo, Mário de Andrade atribui esses traços doces aos ditos regionalismos brasileiros e não às heranças africanas. Aliás, uma obra que aproximou elementos regionalistas e afro-brasileiros foi *Os africanismos do dialeto gaúcho* (1936), escrita por Dante de Laytano. Aumentando a lista dos apreciadores da suposta açucarada língua afro-brasileira está Holanda (1936, p. 61), para quem: “uma suavidade dengosa e açucarada invade, desde cedo, todas as esferas da vida colonial. Nos próprios domínios da arte e da literatura ela encontra meios de exprimir-se, principalmente a partir dos setecentos e do rococó”. Outros exemplos de estilos musicais de herança africana mencionados pelo historiador incluem os lundus e as modinhas.

Cabe, ainda no rol das obras dedicadas ao estudo das influências africanas nas línguas e práticas linguísticas brasileiras, mencionar o livro *A Influência Africana no Português do Brasil* (1933) de Renato Mendonça. Sucintamente, o texto mescla uma série de perspectivas, incluindo etnografia e linguística africanas, o processo histórico da escravidão, as formas de designação dos africanos no Brasil, uma breve análise estrutural das línguas africanas, considerando os níveis fonético e morfológico, uma descrição das heranças africanas no português, além de uma apresentação sobre a literatura e o folclore africano e afro-brasileiro.

Da língua falada, passando pela literatura e incluindo as práticas musicais, as africanidades ajudaram a construir sentidos específicos de brasilidade, reforçando a construção de um nacionalismo brasileiro que estava a serviço de relações de poder que se inscreviam em um dado modo de gestão estatal. Muitos intelectuais do chamado modernismo brasileiro dos anos 1920 foram financiados por grupos políticos oligárquicos, especialmente os latifundiários paulistas do café, instaurando a prática do mecenato como estratégia de construção e validação de certas ideologias (PEREIRA, 2006). Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, parte desses intelectuais passaram a integrar as instituições políticas, como foi o caso de Mário de Andrade.

Não por acaso, a musicalidade se tornou um lugar central de inscrição de sentidos nacionalistas no período modernista e na Era Vargas. Data de 1937 a criação do *I Congresso da Língua Nacional Cantada*, organizado por Mário de Andrade quando coordenava o Departamento de Cultura de São Paulo. Em texto⁶ publicado após o Congresso, Andrade menciona os objetivos que tinha em mente quando propôs o evento: “expor aos brasileiros dentre as suas pronúncias regionais, qual a preferível para ser usada no teatro, no canto e na declamação eruditos do país e quais as normas de pronúncia dessa língua-padrão quando cantada” (apud PINTO, 1981, p. 348). Dentre os participantes, coube aos musicólogos e linguistas a tarefa de estabelecer tais normas. Nota-se que a discussão se centrava em torno da relação regionalismo-norma, sendo que a pronúncia da capital do país foi privilegiada: “I Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada resolve considerar a pronúncia carioca a mais perfeita do país e propô-la como língua-padrão a ser

⁶ Para uma análise discursiva mais detalhada dos anais do *Congresso da Língua Nacional Cantada* (1981), verificar a dissertação de mestrado de Nathalia Müller Camozzato: “Imbondeiro: memória e esquecimento das línguas africanas no Brasil”, a ser defendida em fevereiro de 2017 no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina.

usada no teatro, na declamação e no canto erudito do Brasil” (apud PINTO, 1981, p. 376).

É curioso notar a pouca existência de menções às heranças africanas nas práticas musicais e na oralidade ditas “brasileiras” por Mário de Andrade: nos anos de 1934 e 1937 foram realizados o I e o II Congresso Afro-Brasileiro para os quais ele foi convidado. Em relação ao primeiro congresso, organizado por Gilberto Freyre e Édson Carneiro em Recife, houve a participação de uma série de intelectuais e médicos brasileiros, como Nina Rodrigues, além de representantes de casas religiosas afro-brasileiras, de movimentos de resistência Negra e de práticas culturais afro-brasileiras, como Albertina Fleury, considerada rainha do maracatu. Dentre os temas abordados, estavam o racismo, as artes, a cultura e, timidamente, as línguas. A organização de tal evento rendeu a Gilberto Freyre, curiosamente, o rótulo de comunista e de agitador social (SKOLAUDE, 2014), reforçando o estereótipo que o tema carregava. Em 1940 foi realizado o Congresso Negro Brasileiro no Rio de Janeiro, organizado por Abdias do Nascimento, Édson Carneiro e Guerreiro Ramos. A referência a esses eventos ilustra a maneira como os encontros de acadêmicos e intelectuais assumiam um papel político na cena pública.

Esse interesse pelas dimensões educacional e intelectual marcou a Era Vargas (1930-1945) que, entre outras, também se caracterizou por uma série de iniciativas estatais que ajudaram a moldar uma dada concepção de língua portuguesa atrelada à ideia de nacionalismo e de uma certa unidade linguístico-identitária brasileira. Entre as iniciativas estatais do período entre 1930-1945 que interessam ao presente artigo, incluem-se as seguintes:

Decreto Nº 19.850, de 11 de abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação, vinculado à *Reforma Francisco Campos*.

Lei Nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que criou uma série de instituições, como: a Universidade do Brasil (RJ), o Instituto Nacional de Pedagogia, o Instituto Nacional de Cinema Educativo, uma seção em Braille para leitura de cegos na Biblioteca Nacional, o Instituto Cayrú, o Museu Nacional de Belas Artes, o Serviço de Radiodifusão Educativa e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Essa mesma lei mantém as seguintes instituições científicas, escolares e culturais: o Instituto Oswaldo Cruz, o Colégio Pedro II como referência de estabelecimento do ensino *secundário, fundamental e complementar*, o Instituto Benjamim Constant e o Instituto Nacional de Surdos Mudos, a Biblioteca Nacional, a Casa de Ruy Barbosa e o Museu Histórico Nacional.

Decreto-Lei Nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938, que estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático.

I CONGRESSO DE LÍNGUA CANTADA (1937) organizado por Mário de Andrade quando coordenava o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938).

REFORMA CAPANEMA, em 1942, voltada ao sistema educacional brasileiro.

Conforme já mencionado, o período Vargas foi fortemente caracterizado pela presença de intelectuais na cena político-cultural-pedagógica do país, a exemplo de Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade e Portinari. As iniciativas oficiais listadas acima sinalizam para esse interesse do Estado pela formação cultural de uma brasilidade, seja através da criação e manutenção de instituições, seja por projetos educacionais e culturais. Velloso (1987) aponta para a existência de dois órgãos estrategicamente interligados no período de ditadura do Estado Novo (1937-1945): o Ministério da Educação, sob coordenação de Gustavo Capanema, e o Departamento de Imprensa e Propaganda, sob tutela de Lourival Fontes. Identifica-se, aqui, uma articulação entre propaganda, educação e cultura. Não por acaso, “a imprensa refletia rapidamente o rumo da política da língua [...] Todos os agentes capazes de servirem à disseminação educativa da língua eram conjurados, no período, a essa função” (PINTO, 1981, p. XLV). A língua, desse período, era efetivamente uma questão de Estado.

A política linguística de diversidade regional e de definição de uma norma brasileira estava, portanto, à serviço de uma política estatal que visava construir e apreender a opinião pública, especialmente das ditas classes populares, através de discursos específicos de cultura nacional. É dessa forma que “no Estado Novo o intelectual responde à chamada do regime que o incumbe de uma missão: a de ser o representante da consciência nacional” (VELLOSO, 1987, p. 11), operando como intermediários entre o Estado e o povo. Nessa perspectiva, o povo é uma categoria construída politicamente, sendo visto como uma massa homogênea incapaz de agir e pensar por conta própria. Nesse contexto de articulação entre propaganda e educação, as rádios, o cinema e o teatro assumiram papel importante, daí a preocupação com a normatização da pronúncia brasileira como forma de construção de uma dada representação linguístico-discursiva de brasilidade.

As políticas estatais em relação às heranças africanas eram um tanto ambivalentes: se, por um lado, houve um interesse pela produção e divulgação de um imaginário popular da cultura brasileira com, por exemplo, a promoção das marchas carnavalescas e dos sambas, por outro lado, o samba, maxixe e frevo – que operaram simbolicamente como elementos africanos – eram também alvo de controle: o samba passou a funcionar, por exemplo, como “instrumento pedagógico”, cujas letras deveriam fazer menção a temas específicos, como o enaltecimento do trabalho (VELLOSO, 1987). Percebe-se uma articulação entre diferentes processos de invisibilização dos elementos africanos no Brasil, seja pela arte, pelas gramáticas, pelos estudos dialetológicos e/ou pelas políticas públicas. Não por acaso, a Frente Negra Brasileira (FNB), um movimento de resistência política e identitárias da população de ascendência africana contra os sistemas históricos e estruturas de exclusão e preconceito, foi criada em 1931 e fechada por efeito da ditadura de Vargas, em 1938.

Ressalta-se que a FNB apoiou oficialmente a realização do I Congresso Afro-Brasileiro de 1934 (SKOLAUDE, 2014). A Frente Negra se tornou um movimento de massa, tendo contado com mais de 20 mil associados (DOMINGUES, 2007), e conferia atenção especial à educação: “Em quase todas as edições do jornal da FNB encontra-se alusão ao quadro de carência educacional da população negra e à necessidade de ela instruir-se” (DOMINGUES, 2008, p. 523), oferecendo cursos gratuitos de alfabetização. Além disso, o jornal *A Voz da Raça*, com tiragens mensais entre 1920 e 1937, foi publicado pelo movimento. Paradoxalmente, a FNB, ao se tornar partido político em 1936, assumiu uma postura autoritária e ultranacionalista (DOMINGUES, 2007).

Essa seção discorreu de forma reflexiva sobre o papel desempenhado pelos intelectuais modernistas e culturalistas na construção de discursos nacionalistas e brasileiros envolvendo a língua portuguesa e as línguas africanas, no período entre os anos 1920 e 1945. Tratou-se de explorar a maneira como as africanidades linguístico-discursivas foram submetidas a um discurso regionalista, no embalo de abordagens dialetológicas que ajudaram a definir os limites administrativos e territoriais mediante critérios linguísticos. Além disso, através dos excertos analisados, foi possível averiguar as ambivalências dos discursos populares de defesa da brasilidade, que construíram o popular de maneiras específicas, silenciando a trajetória e as vozes dos descendentes africanos e as relações de poder envolvendo questões raciais e de classe no Brasil. Buscou-se, com isso, mostrar

como a língua portuguesa falada no Brasil foi uma criação política e intelectual cheia de detalhes e armadilhas, reforçando conceitos retalhados e autônomos de língua em detrimento da consideração dos sujeitos e de suas práticas discursivas cotidianas. Ademais, percebeu-se como os intelectuais que se voltaram para reflexões linguísticas se apropriaram do discurso da mestiçagem para tecer interpretações sobre a suposta mestiçagem linguística.

Consideramos, como afirmam Makoni e Pennycook (2006), que o resgate de uma dada origem linguística africana é um trabalho complicado, pois mesmo que o que é chamado de língua africana está sujeito a contestação, pois as teorias e metalinguagens que ajudaram a definir essas línguas operaram dentro de um quadro de referência europeu e positivista, desconsiderando os modos locais de compreensão das línguas.

Tendo feita essa discussão, a seguir apresentam-se algumas políticas oficiais e saberes linguísticos contemporâneos que, a partir dos anos 2000, têm construído certas representações que inscrevem a relação entre língua brasileira e africanidade no território discursivo do “português afro-brasileiro”.

3 O nascimento do português afro-brasileiro: discursos contemporâneos

Antes de mencionar os discursos contemporâneos, pós-2000, sobre a relação entre africanidade, brasilidade e língua, cabe mencionar alguns trabalhos feitos nos últimos 30 anos, a partir de uma matriz teórica centrada, de forma geral, em um modelo empírico de descrição linguística: *Das Línguas Africanas ao Português Brasileiro* (PESSOA DE CASTRO, 1983); *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil* (MUSSA, 1991); *Cafundó, a África no Brasil - língua e sociedade* (VOGT; FRY, 1996); *Pé preto no barro branco: A língua dos negros de Tabatinga* (QUEIROZ, 1998); *Falares africanos na Bahia* (PESSOA DE CASTRO, 2001); *Termos de origem africana no léxico do português do Brasil* (PETTER, 2002); *África no Brasil: a formação da língua portuguesa* (PETTER; FIORIN, 2008); *O Português Afro-Brasileiro* (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009). Muitos desses trabalhos retomam os escritos dos anos 1920-1945, como as reflexões de Renato Mendonça e de Nina Rodrigues, entre outros. A linha argumentativa central dessas pesquisas tem se pautado na identificação de traços linguísticos de origem africana – especialmente em relação com as línguas da família Bantu, embora haja menções às línguas Iorubá.

Nos interessa, contudo, focar a maneira como a africanidade foi inscrita no interior da língua portuguesa brasileira, ajudando a definir o que conta como a brasilidade da língua. A Linguística brasileira moderna tem operado com duas amplas formas de designação da língua portuguesa no Brasil: o português popular (português vernacular ou norma popular) e o português culto, em uma espécie de bipolarização já sinalizada por Freyre (1933). Por outro lado, essa visão aparentemente dicotômica tem, por vezes, sido representada através de uma visão mais fluida e contínua, em que em uma extremidade haveria o português afro-brasileiro rural e em outra haveria o português urbano culto. Entre elas estariam os dialetos rurais e os falares urbanos não padrão (PETTER; OLIVEIRA, 2011). Percebe-se que as categorias de ruralidade e urbanidade – em detrimento dos regionalismos – se tornam centrais para a definição do que conta como “afro-brasilidade” em termos de heranças linguísticas. Pretendemos, contudo, problematizar tais categorias.

Segundo a tese de Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009), a diversidade demográfica existente no Brasil colonial, especialmente pela presença de africanos e indígenas, foi responsável pelo surgimento e expansão de uma variedade do português brasileiro para o interior do país, especialmente difundida pelos africanos que aprenderam o português como segunda língua:

O avanço da língua portuguesa no território brasileiro — seja em sua variedade nativa, veiculada pelos colonos brasileiros, seja na variedade defectiva, falada pelos escravos africanos e seus descendentes crioulos — dá-se primacialmente sobre uma base socioeconômica, com a expansão das lavouras de açúcar no século XVII e, sobretudo, no século XVIII, com o grande ciclo das minas, cujo manancial extraordinário de riqueza teve um impacto sobre toda a economia mundial (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009, p. 48-49).

Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009) defendem uma hipótese explicativa para a formação do português no Brasil que, basicamente, se fundamenta na ideia de que o português brasileiro, especialmente a sua variedade popular, resultou de um processo fraco de criouliização, entendido como efeito do contato entre o português europeu e as línguas africanas a partir da aprendizagem irregular da língua portuguesa pelos africanos. A aprendizagem irregular foi fruto da aquisição da língua portuguesa como segunda língua

por pessoas que tinham como língua materna as línguas bantu ou iorubá, cuja estrutura linguística difere das línguas latinas. Tal processo teria afetado a gramática do português brasileiro, motivando, por exemplo, fortes processos de variação em termos de concorências verbal e nominal, uma vez que a marcação de número, gênero, pessoa, caso, tempo, modo e aspecto nas línguas africanas funciona de maneira diferente da língua portuguesa.

O sufixo *afro-* do português afro-brasileiro, nesse caso, inscreveria uma diferença em relação ao dito português popular rural, caracterizando aquele como protótipo de um processo de contato linguístico que teria se mantido relativamente conservado, próximo ao conceito de crioulação linguística: “A diferenciação das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas frente às demais comunidades de fala rurais brasileiras, em termos linguísticos, está consubstanciada na identificação de processos linguísticos presentes nas primeiras e ausentes nas últimas, bem como em uma maior intensidade dos processos de variação nas primeiras em relação às demais” (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009, p. 79). Trata-se, portanto, da construção de uma representação de africanidade à luz de três elementos delicados: (i) conceito de ruralidade; (ii) conceito de popular; (iii) conceito de variação e contato linguísticos. Aliás, os autores (p. 81-82) propõem, também, classificar linguisticamente os sujeitos afrodescendentes em termos de um *continuum* que seguiria o seguinte esquema:

comunidades rurais afro-brasileiras isoladas → comunidades rurais mais nitidamente mistas (“mestiços e brancos”) → comunidades com um percentual reduzido, ou mesmo ínfimo de afrodescendentes.

Na parte conclusiva do livro, os autores propõem o seguinte *continuum* como esquema representativo dos espaços de circulação da língua portuguesa, existente na virada dos 1900 (p. 515):

comunidades de fala de origem quilombola → português das comunidades rurais mestiças → português das vilas do interior → português da elite rural → português das classes urbanas subalternas → [etc.] → português lusitanizado das elites urbanas.

O critério biológico – a reboque de um discurso de miscigenação – parece assumir um valor argumentativo importante para esses autores, o que se evidencia tanto nas descrições das comunidades, como no seguinte excerto: “Quanto maior a proporção de afro-descendentes diretos na comunidade, maior será o grau de interferência da transmissão linguística irregular na formação daquele *dialeto*”. (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, p. 82, grifo nosso). Ademais, parece que os autores sobrepõem o tal *continuum* linguístico a um *continuum* racial definido em termos de gradações de miscigenação, ressoando um discurso freyreano dos anos 1930. Ainda em relação ao argumento, indaga-se a respeito do uso do termo “dialeto”, ao invés de “língua”, para definir as práticas linguísticas desses sujeitos, considerando que as fronteiras que definem ambos são nebulosas e arbitrárias.

Consideramos que os “dados empíricos” são construídos à luz de chaves interpretativas específicas que, nesse caso, constroem a relação entre brasilidade, africanidade e língua a partir do binômio rural-popular. Se por um lado, o modelo teórico da dialetologia nos anos 1920-1945 ajudou a delimitar as fronteiras geolinguísticas regionais, por outro lado, a sociolinguística contemporânea, ao mobilizar categorias de ruralidade, classe e escolarização, constrói um dado mapeamento linguístico que, ao mesmo tempo, rotula linguisticamente esses sujeitos. Ademais, a ideia de uma comunidade relativamente isolada – como fonte para se conjecturar sobre a hipótese de uma crioulização fraca da língua portuguesa – sinaliza para relações de poder delicadas, em que essas comunidades são vistas como lugares de uma suposta autenticidade linguística de uma cultura relativamente estável que revelaria as origens do português brasileiro.

Os discursos de autenticidade e tradição têm sido fortemente contestados, pois invisibilizam o processo político de construção das narrativas de origem e pertencimento. Ademais, supõe-se que as comunidades quilombolas tenham se mantido relativamente isoladas, estáticas e coesas. Essa perspectiva é bastante problematizada pela antropologia contemporânea, que se apoia em categorias fluidas, dinâmicas e políticas para definir o que conta como quilombo. Nesse sentido, ao invés de conceitos como ruralidade, popular, isolamento e crioulização, as comunidades afro-brasileiras conhecidas como quilombos deveriam ser vistas como signos de uma “luta política”, em que o que está em jogo é “um direito a ser reconhecido e não propriamente e apenas um passado a ser lembrado”. (LEITE, 2000, p. 335).

O quilombo, portanto, é um conceito polissêmico que abarca uma série de experiências históricas, modos políticos de organização, modos de vida coletivos e formas de resistência. E é a reboque dessa compreensão que os estudos das práticas linguístico-discursivas circulantes por esse contexto devem ser vistos, levando em conta, sobretudo, a maneira como os sujeitos atribuem sentidos as suas práticas linguísticas. Essa complexidade conceitual, contudo, não parece ser levada em conta por Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009), que elaboram fracamente o conceito de quilombo – a despeito de uma vasta discussão antropológica sobre o tema –, enfatizando, inclusive, o fenótipo como critério definidor: “A comunidade de Cinzento é considerada atualmente uma comunidade afrobrasileira. Os cinzentenses são negros de pele bem escura” (p. 96). Trata-se de uma visão reducionista e estereotipada que desconsidera, por exemplo, a realidade dinâmica de auto-determinação dos quilombos que pode incluir, por exemplo, alianças “com indivíduos de outros grupos étnicos, mas inseridos e identificados com as lutas dos afrodescendentes” (LEITE, 2000, p. 343). Assim, considerar a língua dessas comunidades como artefatos arqueológicos que sinalizariam para certos discursos de origem implica a construção de novos estereótipos já amplamente problematizados pelos antropólogos. Ao se assumir uma postura “científica” preocupada com os “dados linguísticos” em que a comunidade é um “locus de pesquisa”, os significados políticos e históricos atribuídos às práticas linguístico-discursivas são apagados, favorecendo a construção de discursos linguísticos abstratos, autônomos e deslocados de compromisso político e social.

Em termos de iniciativas estatais contemporâneas, mencionamos uma série de leis e decretos que, desde 2000, têm buscado apreender a diversidade linguística brasileira. Diferentemente da Era Vargas, o conceito de diversidade, aqui, engloba as línguas indígenas, africanas, de imigração, entre outras, além dos regionalismos e da consideração das variedades sociolinguísticas brasileiras. A inclusão dessas leis ajuda a compreender a maneira como o Estado tem abordado a temática africana ou afro-brasileira, em diferentes instâncias sociais (educacional, cultural, política, territorial e jurídica). Trata-se de um interesse do Estado, especialmente após 2000, por promover políticas públicas de visibilização da população afro-brasileira. Compreendemos que os estudos linguísticos contemporâneos sobre as heranças africanas se inscrevem nesse mesmo movimento de visibilização, a partir de chaves interpretativas específicas. A seguir apresentamos alguns exemplos oficiais de reconhecimento do Estado da população afro-brasileira:

Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003- Estabelece as diretrizes e bases para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008 - Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Lei Nº 12.288, de 20 de julho de 2010 – Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

Decreto Nº 4.886, de 20 de novembro de 2003 – Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR e dá outras providências.

Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 – Regulamenta a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes dos quilombos.

Decreto Nº 5.520, de 24 de agosto de 2005 – Institui o Sistema Federal de Cultura e dispõe sobre o Conselho Nacional de Política Cultural do Ministério da Cultura.

Decreto Nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010 – Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) e dá outras providências.

Interessa, aqui, comentar a maneira como os discursos de patrimonialização – fundados na Era Vargas em relação aos bens culturais e materiais brasileiros – passam a se apropriar das línguas como bens imateriais e simbólicos representativos de uma dada brasilidade. O Decreto n.º 7.387 institui a metodologia a ser usada para o processo de inventário da diversidade linguística designada como “Referência Cultural Brasileira”, que inclui as seguintes línguas como integrantes: *de imigração, indígenas; afro-brasileiras; de sinais; e crioulas*. Atenta-se para o reconhecimento estatal das formas de designação dessas línguas, a exemplo das línguas afro-brasileiras. Importante considerar que se trata de uma forma moderna de designação, cujo uso foi intensificado a partir dos trabalhos de Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009), ajudando a validar uma dada representação sobre

a língua falada por comunidades quilombolas brasileiras. Dentre os inventários já realizados, através do patrocínio do IPHAN, está o “Levantamento etnolinguístico de comunidades afro-brasileiras: Minas Gerais e Pará (projeto piloto) - PA e MG” (PETTER; OLIVEIRA, 2011). Tal levantamento, segundo decreto nº 7.387, deve se basear nas orientações metodológicas postas pelo Guia de Pesquisa e Documentação do INDL. Exemplificando, as coordenadoras daquele projeto, Margarida Petter e Márcia de Oliveira (2011), apresentam alguns resultados de sua pesquisa e, para tanto, assumem as designações usadas por Lucchese, Baxter e Ribeiro (2009). Interessante mencionar a maneira como as autoras ajustam o modelo do continuum linguístico do português vernacular brasileiro ao seu fenômeno de pesquisa, propondo o seguinte esquema para definir a comunidade de Tabatinga (MG):

(1) *Contínuo Dialetal Português Vernacular Brasileiro de Minas Gerais - PVBMG* (português afro-brasileiro) / (falares regionais) / (falares urbanos não-padrão) Milho Verde; Tabatinga/ ex.: Triângulo Mineiro“/ ex.: BH não-padrão

Trata-se de uma forma de representação de comunidades e grupos sociais bastante complicada, em que a língua opera enquadrando tais comunidades e grupos de formas específicas. Aliás, o rótulo “vernacular” inclui a complicada relação rural-urbano, sendo que, geralmente, a variedade-padrão é tomada como signo de formas urbanas e escolarizadas de se falar, sendo o popular e rural as versões não-padrão. Essa forma de rotulação, contudo, não se baseia, efetivamente, na consideração de práticas linguístico-discursivas das comunidades, mas utiliza um critério pré-definido e linguisticamente bastante fragmentado. No caso dessa pesquisa, foram focados o léxico e uso do pronome tônico da posição de dativo.

As conclusões das autoras para a comunidade de Tabatinga, a partir do critério lexical, é que “A fala dessa localidade, no entanto, não constituiu uma *língua*, pois o vocabulário de origem africana está integrado ao português, obedecendo à morfossintaxe do dialeto local”. (PETTER; OLIVEIRA, 2011, p. 16). É curioso observar a maneira como a distinção entre dialeto e língua – categorias políticas – é feita a partir de um critério gramatical/estrutural, desconsiderando os efeitos simbólicos que essa designação pode produzir para as comunidades. Para não nos distanciarmos do modelo teórico subjacente à concepção de língua adotada pelas autoras, mesmo Saussure, conhecido como o pai do

estruturalismo linguístico, assume: “É difícil dizer em que consiste a diferença entre uma língua e um dialeto. Frequentes vezes, um dialeto tem o nome de uma língua porque produziu uma literatura” (SAUSSURE, 1916, p. 235), inscrevendo a distinção entre língua e dialeto no campo das relações de poder. Ademais, definir o que conta como africanidade na língua afro-brasileira é uma tarefa complicada, uma vez que os conceitos de línguas africanas estão abertos a contestações no cenário africano; isso significa que as afro-línguas da diáspora também devem ser vistas de forma semelhante, abertas a revisões e redefinições. Nesse sentido, concordamos com Makoni e Pennycook (2005, p. 152) que, diante desse impasse conceitual de definição de uma língua africana, assume-se que os trabalhos linguísticos afro-brasileiros, ao invés de resgatarem uma dada realidade linguística africana nas origens do português, tendem a se basearem em uma “invenção transatlântica das línguas africanas”.⁷

Palavras finais

Este artigo teve como pretensão construir uma outra narrativa sobre a relação entre língua portuguesa, brasilidade e africanidade: ao invés de resgatar na história brasileira os indícios das heranças africanas na construção do português brasileiro – seguindo um modelo descritivo, dialetológico ou sociolinguístico – tratou-se de considerar a maneira como os saberes acadêmicos, literários e os discursos estatais constroem uma dada *afro-brasilidade linguística* a partir de regimes discursivos específicos, que legitimam essa construção para fins políticos variados. Nesse artigo, tratou-se de abordar a maneira como as línguas foram inventadas por discursos estatais para definir uma certa brasilidade em dois momentos históricos diferentes.

Se, na Era Vargas, a tônica girava em torno dos discursos de miscigenação, cultura popular e regionalismos, no contexto contemporâneo, o enfoque volta-se para as políticas de promoção da diversidade linguística no Brasil a partir de uma dada gestão governamental (SEVERO, 2013). Os dois momentos históricos recortam a diversidade linguística de maneiras diferentes, em que as africanidades linguísticas são apropriadas de formas específicas, seja para corroborar os discursos de regionalismos geopolíticos, seja para ajudar a definir uma referência cultural brasileira. As africanidades são construídas,

⁷ “A cross-Atlantic invention of African languages”.

na perspectiva linguística, como elementos fragmentáveis que constituem (i) o português brasileiro, (ii) o português vernacular brasileiro, (iii) o português popular brasileiro, (iv) o português rural, e (v) o português afro-brasileiro. Tais designações produzem diferentes representações sobre os sujeitos que falam essas línguas. Aliás, para esses sujeitos, as línguas, muitas vezes, assumem significados diferentes, pois elas fazem sentido nos seus contextos de uso, definindo não elementos linguísticos abstratos e retalháveis, mas práticas sociais, bandeiras de luta, signos identitários, entre outros. Por fim, nos filiamos a uma abordagem de políticas linguísticas que descreva e analise os processos históricos de (des)invenção das línguas em busca de uma compreensão mais cuidadosa sobre a maneira como as línguas podem ser usadas para justificar relações de dominação, segregação, diferenciação, hierarquização e identificação, caso contrário, assumimos o risco de causar danos, ao invés de ganhos, para as comunidades com quem e sobre quem trabalhamos (MAKONI; PENNYCOOK, 2005).

Referências

- I CONGRESSO DA LÍNGUA NACIONAL CANTADA. *Anais*. In: PINTO, E. P. (Org.), 1981. p. 373-376.
- AMARAL, A. *O Dialeto Caipira*, 1920. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=7381. Acesso em: 10 ago. 2016.
- AUER, P. The construction of linguistic borders and the linguistic construction of borders. In: FILPULLA, M. et al. (Org.). *Dialects Across Borders: Textos selecionados da XI Conferência Internacional de Métodos em Dialectologia (Métodos XI)*, Joensuu, 2002.
- ANDRADE, O. *O Manifesto Pau-Brasil*. 1924. Disponível em: <http://www.lumiarte.com/luardeoutono/oswald/manifpaubr.html>. Acesso em: 27 jul. 2016.
- ANDRADE, M. *Ensaio sobre a Música Brasileira*. 1928. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cdrom/mandrade/mandrade.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2016.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1936/1995.
- CANAGARAJAH, S. (Org.). *Reclaiming the local in language policy and practice*. New York: Taylor & Francis Group, 2004.
- _____. *Falares Africanos na Bahia (um vocabulário Afro-Brasileiro)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, v. 12, n. 23, 2007. p. 100-122.

_____. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. *Rev. Bras. Educ.*, v. 13, n. 39, p. 517-534, 2008.

FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Tradução de Antônio Fernando Caiscais e Eduardo Cordeiro. Rio de Janeiro: Passagens, 2009.

FREITAG, R. M. K.; MARTINS, M. A.; TAVARES, M. A. Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações. *Alfa: Revista de Linguística*, v. 56, p.917-944, 2012.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48ª ed. São Paulo: Global, 1933/2003, 365 p.

GUIMARAES, A. S. A. Preconceito de cor e racismo no Brasil. *Rev. Antropol.*, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 9-43, 2004.

HARRIS, R. The semiology of textualization. *Language Sciences*, v. 6, n. 2, 1984. p. 271-286.

IRVINE, J. T. Subjected words: African linguistics and the colonial encounter. *Language & Communication*, 28, 2008. p 323-343.

LAYTANO, D. *Os africanismos do dialeto gaúcho*. Porto Alegre: *Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, II Trimestre do ano XVI, 1936.

LEITE, I. B. Os Quilombos no Brasil: Questões Conceituais e Normativas. *Etnográfica*, v. IV, 2v. , p. 333-335, 2000.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Org.). *O Português Afro-Brasileiro*. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2009.

MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. (Org.). *Disinventing and Reconstituting Languages*. Clevedon: Multilingual Matters, 2006.

_____. Disinventing and (Re)Constituting Languages. *Critical inquiry in language studies: An international journal*, v. 2, n. 3, p. 137-156, 2005.

MARROQUIM, M. *A língua do nordeste: Alagoas e Pernambuco*. São Paulo: Ed. Nacional, 1934.

MENDONÇA, R. *A influência africana no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Sauer, 1933.

MUSSA, A. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.

NASCENTES, A. *O Linguajar Carioca*. Rio de Janeiro: Süsskind de Mendonça & Comp., 1922.

PENNYCOOK, A. *Language as a local practice*. Londres; Nova York: Routledge, 2010.

PEREIRA, M. E. *Lundu do escritor difícil: canto nacional e fala brasileira na obra de Mário de Andrade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PESSOA DE CASTRO, Y. *Das Línguas Africanas ao Português Brasileiro*. Salvador: *Afro-Asia*, v. 14, p.81-106, 1983.

_____. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/ Topbooks Editora, 2001.

PETTER, M. Termos de origem africana no léxico do português do Brasil. In: NUNES, J. H.; PETTER, M. (Org.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Pontes, 2002.

PETTER, M.; FIORIN, J. L. (Org.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008.

PETTER, M.; OLIVEIRA, M. S. Novas luzes sobre a descrição do português afro-brasileiro. *Anais do Simpósio Mundial de Língua Portuguesa*, SIMELP. Universidade de Macau, 2011. Disponível em:

<https://moodle.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=42912>. Acesso em: 15 nov. 2013.

_____. *Projeto-Piloto no. 20173 – Inventário Nacional da Diversidade Linguística/ INDL: “Levantamento etnolinguístico de comunidades afro-brasileiras de Minas Gerais e Pará”*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/681>. Acesso em: 10 ago. 2016.

PHILLIPSON, R. *Linguistic Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

PINTO, E. P. (Org.). *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos 2 – 1920/1945*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

_____. *A Gramatiquinha de Mário de Andrade*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1990.

QUEIROZ, S. *Pé preto no barro branco: a língua dos negros de Tabatinga*. Minas Gerais: Editora da UFMG, 1998.

RAJAGOPALAN, K. *Política Linguística: do que é que se trata, afinal?* In: NICOLAIDES, C. et al. (Org.). *Política e Políticas Linguísticas*. São Paulo: Pontes, 2013. p. 19-42.

RODRIGUES, N. *Os africanos no Brasil*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2008.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística geral*. São Paulo, Cultrix: 1974.

SEARLE, J. *Expressão e significado*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SEVERO, C. G. A diversidade linguística como questão de governo. *Calidoscópico* (UNISINOS), v. 1, p. 107-115, 2013.

_____. A açucarada língua portuguesa: Lusotropicalismo e Lusofonia no século XXI. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 15, p. 85-107, 2015.

_____; MAKONI, S. B. *Políticas Linguísticas Brasil-África: Por uma perspectiva crítica*. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2015.

SKOLAUDE, M. S. Identidade nacional e historicidade: O 1º Congresso afro-brasileiro de 1934. In: XIII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH/RS, 2014, Santa Cruz do Sul. *Anais...* Disponível em:

<http://www.eeh2014.anpuh->

[rs.org.br/resources/anais/30/1404752235_ARQUIVO_Texto-MateusSilvaSkolaude.pdf](http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1404752235_ARQUIVO_Texto-MateusSilvaSkolaude.pdf).

Acesso em: 25 jul. 2016.

UCHÔA, C. E. F. *Dispersos de J. Matoso Câmara Jr.*: Nova edição revista e ampliada (Org.). Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, p. 15-50.

VELLOSO, M. P. *Os Intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

VERÍSSIMO, A. C. Antônio Crispim Veríssimo, mestre de vissungo. In: SAMPAIO, N. F. (Org.). *Cantos afro-descendentes: Vissungos*. Belo Horizonte: Viva Voz, 2009. p. 67-72.

VOGT, C.; FRY, P. A descoberta do Cafundó: alianças e conflitos no cenário da cultura negra no Brasil. *Religião e Sociedade*, n. 8, p. 45-52, 1996.

Data de submissão: 25/07/2016

Data de aceite: 24/08/2016